

LAR, AMARGO, LAR ?

Como muita gente sabe, por experiência própria, escolher um lar acolhedor para um familiar idoso é como procurar uma agulha num palheiro. Ou não há vagas, ou são muito caros, ou não passam de armazéns de velhos. Os estudos anteriores e as notícias vindas a público sobre estas instituições também não ajudam: lares clandestinos (sem alvará), lares fechados pelas autoridades por falta de condições...

Tal como pode verificar na pág. 4, o nosso estudo a 22 lares leva-nos a concluir que a realidade não anda muito longe da ideia que a opinião pública tem destes estabelecimentos.

O diagnóstico está feito... Os problemas que detectámos são muitos e variados, mas a falta de acessos concebidos a pensar nas condições de mobilidade dos idosos é o que mais salta à vista. Tanto dentro como no exterior dos lares. Em muitos dos locais visitados faltam elevadores e rampas de acesso a andares superiores. As saídas de emergência também primam pela ausência. Além de limitarem a mobilidade dos idosos, algumas destas falhas podem mesmo pôr em risco a sua segurança (por exemplo, numa situação de emergência).

- Quanto às instalações, encontramos quartos que pareciam autênticas camaratas: nove lares tinham quartos para mais de quatro pessoas, quando o correcto, tal como diz a lei, é dois idosos por quarto. Algumas das salas de estar e de refeições deveriam ter dimensões e mobiliário melhor adaptados ao número de idosos que albergam. As salas comuns (para comer e estar durante o dia) deveriam acabar. Além de mal equipadas e pequenas para o número de utentes, podem obrigar o idoso a estar todo o dia no mesmo espaço.

- A quantidade de pessoal e o tipo de qualificações exigidas também estavam aquém do desejável. Os responsáveis têm de investir mais em recursos humanos.

- Quanto ao dia-a-dia do idoso, poucas são as instituições que se esforçam por elaborar um plano de actividades (individuais e colectivas) que possa, de alguma forma, manter o bem-estar físico e mental dos idosos.

- Por fim, o preço é um quebra-cabeças. Aparentemente, não há qualquer lógica ou relação entre o preço e a qualidade e estatuto do lar (IPSS – instituição particular de solidariedade social –, ou lucrativo). No caso das IPSS, tudo depende, basicamente, da reforma do idoso: a mensalidade pode ir das poucas dezenas de contos às duas centenas. Se a reforma for baixa, a família terá de pagar uma parte da mensalidade.

... agora é preciso actuar. Um lar para idosos deve ser um local seguro e possibilitar uma vida saudável e digna aos seus utentes. Para isso, deve ter instalações razoáveis, pessoal em quantidade suficiente (em função do número e estado de saúde dos idosos) e programas de actividades individuais (específicas para cada utente) e colectivas.

Face ao preocupante diagnóstico atrás referido, é preciso tomar medidas corajosas, envolvendo as entidades oficiais, os responsáveis dos lares e, claro, os familiares dos idosos.

Entidades oficiais. Em termos de legislação, existem várias alterações a fazer urgentemente:

- é necessário que a lei passe a ser aplicada a todos os tipos de lares e não apenas aos privados. Tal como a lei se encontra, ninguém sabe a que condições devem obedecer as IPSS, ou seja, os lares sem fins lucrativos;

- todas as instituições deveriam ser obrigadas a criar, para cada utente, um programa individual de actividades, com base num exame médico feito aquando da admissão do idoso.

Embora a lei exija o registo individual, este apenas refere a identificação do idoso. Noutros países (como nos Estados Unidos), os lares são obrigados a registar, num caderno, as capacidades físicas, mentais e sociais de cada idoso. Com base neste documento, é elaborado um programa que, entre outros aspectos, define terapias da fala e físicas, actividades apropriadas e tipo de alimentação;

- a lei deveria ser mais completa e definir regras para os vários aspectos que menciona. Por exemplo, determinar as dimensões e o número de saídas de emergência, o número de acamados que o lar pode ter, a existência de um espaço exterior, mais pessoal qualificado (médicos, fisioterapeutas, por exemplo), entre outros aspectos.

- Felizmente, tem havido alguma fiscalização, mas o nosso estudo demonstra que ainda há muito a fazer. Actualmente, a lei só prevê a realização de uma vistoria, para que o alvará seja atribuído. No entanto, não estabelece nenhuma periodicidade para as fiscalizações. Estas deveriam ser feitas anualmente e ficar registadas, de forma a permitir uma avaliação da evolução de cada lar. Finalmente, quando se decide fechar um lar, é necessário encontrar soluções para os idosos que vão ficar sem um local para viver.

- Globalmente, pode dizer-se que os lares pertencentes às IPSS tendem a ser mais baratos (e ligeiramente melhores) do que os privados. Mas isto só é verdade tendo em consideração a mensalidade que cobram aos idosos, pois convém não esquecer que as obras de melhoramento e conservação dos edifícios destas instituições podem ser pagas pelo Estado. A dúvida fica, pois, no ar: como é que instituições altamente subsidiadas pelo Estado praticam preços tão análogos aos dos lares privados, que nada recebem do erário público e, supostamente, ainda têm de dar algum lucro? Quem souber...

Responsáveis pelos lares. A segurança é essencial e não tem preço. Os responsáveis têm de eliminar todos os aspectos que ponham em risco a vida dos idosos: a falta de meios não pode servir de desculpa. Caso não façam, devem ser responsabilizados. Por outro lado, é preciso melhorar a vida dos idosos nos lares, através de instalações adequadas e programas de actividades que os motivem a não ficar parados.

Os familiares. Os empregados de um lar tendem a prestar maior atenção aos utentes que têm visitas regularmente, pois estas irão sempre ser testemunhas do que se passa. O apoio da família, a participação nas reuniões ou festas e as visitas frequentes são, assim, uma forma de acompanhar o idoso e de ir vendo se tudo está a correr pelo melhor.

Soluções paralelas. Como é claro, a solução do problema dos idosos não passa só pelos lares. É preciso desenvolver mais os serviços domiciliários (incluindo, quando necessário, o serviço de refeições), os centros de dia e de convívio, etc. Uma sociedade que não cuida bem dos seus idosos está a dar, no mínimo, uma prova de ingratidão. As gerações ainda na vida activa precisam de resolver este problema ou arriscam-se, amanhã, a viver nas mesmas deploráveis condições em que, hoje, vegetam muitos idosos. ■